



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DO GOVERNO

Santa Cruz das Flores, 95.06.27

COMUNICADO

O Governo vai promover a recuperação dos estragos causados pelos temporais de 9 de Junho, conferindo prioridade ao realojamento definitivo das famílias que perderam as suas habitações e normalização das ligações rodoviárias entre todas as localidades da Ilha das Flores.

Em presença da dimensão financeira desta situação imprevista, que ultrapassa um milhão e 700 mil contos, o Governo Regional, ao abrigo da legislação em vigor, vai propor ao Governo da República a declaração de situação de calamidade pública para a Ilha das Flores com vista ao reforço das verbas destinadas a estes casos.

Diligências idênticas serão efectuadas junto da União Europeia, com vista à adequação dos programas em vigor a estas novas necessidades.

Entretanto o Governo aprovou uma resolução que abre cabimento orçamental para a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas prosseguir com os trabalhos prioritários inseridos na sua esfera de competências.

Foram atribuídos materiais de construção no montante de 5.300 contos às diversas Juntas de Freguesia das Flores para fazer face à recuperação da Habitações degradadas.

Foi também atribuída uma verba suplementar de 3.300 contos à Junta de Freguesia de Ponta Delgada, para possibilitar a recuperação de habitações afectadas pelos temporais do dia 9 de Junho.

A Delegação Local da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conjuntamente com as Juntas de Freguesia de Ponta Delgada e Santa Cruz, estão a diligenciar com vista à resolução definitiva do realojamento das famílias que perderam as suas habitações durante os temporais.

Depois de restabecidas as ligações viárias às freguesias de Ponta Delgada e Fajã Grande, em moldes provisórios ir-se-à dar início à execução dos projectos definitivos de consolidação das estradas regionais entre Santa Cruz e Ponta Delgada, bem como das pontes que foram destruídas pelas enxurradas.

As fortes chuvas que se fizeram sentir, no passado dia 9 do corrente mês de Junho, provocaram consideráveis prejuízos à actividade agro-pecuária pelos danos causados nos bens, quer nos do domínio privado (explorações agro-pecuárias) quer nos do domínio público (fundamentalmente caminhos agrícolas e florestais).

Face ao exposto, irão ser implementadas, a título excepcional, uma série de medidas de apoio, quer ao rendimento dos agricultores afectados, quer aos investimentos a efectuar pelos mesmos e necessários à recuperação das respectivas explorações (nomeadamente reposição de culturas destruídas, construções rurais e equipamento agrícola, vedações e muros de suporte e abastecimento de água às explorações).

No âmbito dos caminhos rurais e da rede viária florestal, irão continuar os trabalhos visando a reposição de 30 km de faixa de rodagem, indo iniciar-se a construção de 14 aquedutos, mantendo-se o apoio que vem sendo prestado à recuperação dos terrenos do sector privado e público.

Na sequência dos trabalhos que têm vindo a ser efectuados entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, a Escola EB 2,3 "Maurício de Freitas", Autarquias, Pais e Encarregados de Educação - e das diligências entretanto em curso, caso se verifiquem as condições mínimas exigidas para o funcionamento, com qualidade, do ensino complementar na Ilha das Flores, nomeadamente instalações, equipamento e professores com habilitação profissional adequada, o mesmo poderá arrancar já no início do próximo ano lectivo.

O Governo decidiu antecipar o arranque da construção do edifício polivalente da Fajã Grande, cujo início estava previsto para meados de 1996. A elaboração do projecto deverá estar concluída em Setembro, seguindo-se depois a abertura do respectivo concurso público.

Relativamente à 2ª fase do edifício polivalente das Lajes decorre o processo para lançamento do necessário concurso público.

Quanto ao Jardim de Infância do Centro de Bem-Estar Social de Santa Cruz, o respectivo projecto deverá estar concluído no próximo mês de Agosto, a que se seguirá o lançamento de concurso público.

O Governo decidiu também ceder à Junta Autónoma do Porto da Horta, os terrenos destinados às futuras instalações do parque de combustíveis do Porto Comercial das Flores.

Na área energética, o Plano de investimentos da EDA do corrente ano, para as áreas de produção, transporte e distribuição de energia têm consignada uma verba de 260 mil contos. Entre outros empreendimentos serão contemplados os projectos de reforço dos caudais da Ribeira D'Além Fazenda, montagem de novos grupos térmicos, remodelação da linha central do Monte do Frade e ramal subterrâneo do Morro Alto.

Por outro lado foram realizadas acções de informação sobre a política de Juventude, Formação Profissional e acesso aos sistemas de incentivos ao investimento, que contribuirão efectivamente para prosseguir a valorização dos recursos e dinamização da economia da Ilha das Flores.

No sector do Turismo, as obras de conclusão da construção da residencial, propriedade da SITURFLORES deverão reiniciar-se em breve, permitindo a sua abertura no início da próxima época turística.

O Governo está já na posse do estudo elaborado pela Universidade dos Açores com vista aos trabalhos a desenvolver na Rocha dos Bordões, para eliminação da vegetação infestante existente na zona inferior daqueles rochedos.

No domínio dos transportes aéreos, como se sabe, o aeroporto das Flores é propriedade da ANA-EP., e explorado por aquela empresa pública.

O governo, por intermédio da Secretaria Regional da Habitação Obras Públicas, Transportes e Comunicações envidará esforços junto da ANA EP., no sentido de ajustar o horário de funcionamento do aeroporto às reais necessidades da população das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DO GOVERNO

Corvo, 95.06.28

COMUNICADO

O Governo congratula-se com a inauguração do Porto da Casa, que representa uma melhoria substantiva na qualidade de vida dos Corvinos.

As ligações regulares de transportes marítimos de carga para o Corvo, são uma questão que o Governo está a equacionar, no âmbito da reestruturação da operação portuária que decorre em toda a Região.

O Governo está também empenhado na Resolução do problema do alargamento da área de operação das embarcações de tráfego local, o que permitirá a realização de viagens de entre todas as Ilhas sem restrições e consequentemente beneficiar as operações com o Corvo.

No sector dos trabalhadores aéreos, está a analisar com a Administração da SATA a melhoria das ligações com esta Ilha.

Reunidas as condições mínimas indispensáveis para o arranque da leccionação do 3º ciclo de ensino básico no Corvo, num esforço conjugado do Governo, Autarquia e Encarregados de Educação, as aulas poderão ter início no começo do próximo ano lectivo.

Embora se considere pertinentes algumas das questões levantadas pelos lavradores do Corvo quanto a instalações para fabrico artesanal de queijo, o Governo entende que o assunto necessita de uma meditação mais profunda, do ponto de vista técnico e económico antes de qualquer decisão, indo por isso prosseguir o diálogo com os lavradores da Ilha para se encontrar a melhor solução para o assunto.

O Governo decidiu ceder um imóvel à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para instalação da sua delegação no Corvo.

Por outro lado, constatou-se o bom andamento das obras do Quartel de Bombeiros do Corvo, tendo ficado acordado entre o Governo e a Câmara Municipal a repartição dos encargos resultantes da realização dos trabalhos de arranjos exteriores e de acesso à areogare e às instalações dos bombeiros.

Tendo sido manifestado pelas entidades do Corvo a vontade e disponibilidade de colaboração na prestação de serviços de medicina dentária, A Secretaria Regional da Saúde vai estudar com brevidade a viabilidade dessa iniciativa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DO GOVERNO

Corvo, 95.06.28

COMUNICADO

O Governo autorizou a transferência para o IFADAP da componente financeira regional da medida agricultura do PEDRAA II, o que permitirá o pagamento até final deste ano de um milhão cento e cinquenta mil contos de indemnizações compensatórias, correspondentes às 5.400 candidaturas apresentadas em Abril.

REFORÇO DO DIÁLOGO SOCIAL

O Governo aprovou uma proposta de Diploma que reforça a participação democrática dos cidadãos na definição das políticas económicas, sociais e do ambiente, nomeadamente no âmbito do Conselho Regional de Concertação Social, que passa a ter uma maior dimensão representativa da sociedade Açoriana.

Para além dos parceiros sociais já representados no Conselho Regional da Concertação Social, passam a fazer parte deste órgão, representantes do Sector Cooperativo, das Autarquias, das Associações de Defesa do Consumidor e do Ambiente, das Instituições de Solidariedade Social, da Universidade dos Açores e ainda os representantes da Região no Conselho Económico e Social.

A concertação entre os parceiros da área laboral e do sector empresarial passa a ser assegurada por uma Comissão Permanente de Concertação Social, na qual têm representação o Governo, a UGT, a CGTP- Intersindical Nacional, a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e a Federação Agrícola. A esta comissão competirá também propôr medidas nos domínios do emprego e formação profissional e contribuir para a defenição da política de rendimentos e preços.

O Governo autorizou também a abertura de dois concursos públicos na área dos equipamentos e infraestruturas escolares.

56 mil contos é o valor base da empreitada de ampliação e grande reparação da escola do Outeiro, nos Arrifes, (S. Miguel), enquanto que para o fornecimento de mobiliário e material didáctico para a escola Vitorino Nemésio (Praia da Vitória) deverão ser dispensados 45 mil contos.

A Assembleia Legislativa Regional vai passar a dispôr de instalações próprias em S. Jorge e Graciosa, tendo para este fim o Governo cedido dois imóveis.